



**EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A - TRENSURB**

Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado

CNPJ 90.976.853/0001-56

**DIRETORIA EXECUTIVA  
SETOR DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS**

**EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017**

Porto Alegre, 20 de Julho de 2018

9 4  
2018

**BALANÇO PATRIMONIAL**

EM 30 DE JUNHO

(Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	30/06/2018	31/12/2017		NOTA	30/06/2018	31/12/2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	102.513.474	73.200.604	Fornecedores		27.322.410	20.502.318
Créditos pela venda de serviços	5	2.018.609	1.850.032	Impostos e taxas a recolher		2.321.170	278.865
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	19.768.723	8.818.436	Contribuições sociais a recolher		412.339	2.223.155
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	6.003.048	3.096.220	Obrigações trabalhistas		1.375	8.311
Adiantamento de fornecedores		65.128	65.127	Adiantamento de Clientes	14	1.392.745	1.334.122
Direitos a receber	8	337.096	266.669	Credores por convênios	15	691.835	670.845
Impostos a recuperar	19	8.205.083	7.920.020	Credores por depósitos		92.193	92.233
Estoques	9	27.005.568	28.554.288	Férias e encargos sociais		16.987.536	12.411.172
Despesas do exercício seguinte		183.566	245.309	Plano de Previdencia - Deficit Atuarial	21c	410.099	294.280
		<b>166.100.297</b>	<b>124.016.705</b>	Provisão para contingências trabalhistas	16a	207.252.562	282.992.300
				Provisão para contingências cíveis	16b	27.237.011	27.075.409
						<b>284.121.276</b>	<b>347.883.010</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo				Provisão IR/CS diferido	12b	20.597.007	21.297.101
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Adiantamentos para aumento de capital	18a	348.669.046	334.239.208
Depósitos judiciais	10	18.928.169	17.656.805	Plano de Previdencia - Deficit Atuarial	21c	2.597.296	2.471.955
Débitos de empregados	7	351.231	351.231			<b>371.863.349</b>	<b>358.008.264</b>
Garantias à Juízo	11	18.576.914	18.736.310	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Penhora s/ receita própria	11	553.347	11.236.158	Capital social	17	1.673.424.165	1.673.424.165
		<b>38.410.336</b>	<b>47.981.179</b>	Ajuste avaliação patrimonial	12b	39.982.196	41.341.201
				Prejuízos acumulados		(706.753.850)	(773.695.276)
						<b>1.006.652.510</b>	<b>941.070.090</b>
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Imobilizado	12	1.451.800.730	1.467.791.806			<b>1.662.637.136</b>	<b>1.646.961.364</b>
Intangível	13	6.303.078	7.148.978				
		<b>1.458.126.504</b>	<b>1.474.963.480</b>				
		<b>1.496.536.839</b>	<b>1.522.944.659</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.662.637.136</b>	<b>1.646.961.364</b>				
Anexo das demonstrações financeiras)							



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 30 DE JUNHO

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	30/06/2018	30/06/2017
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	20	<b>67.224.631</b>	<b>42.746.879</b>
Custo dos serviços prestados		(122.281.255)	(107.638.001)
<b>PREJUÍZO BRUTO</b>		<b>(55.056.624)</b>	<b>(64.891.122)</b>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(39.436.224)	(35.785.788)
Outras receitas e despesas		(28.930.255)	75.499.694
Provisão/reversão ações trabalhistas	16a	(29.934.789)	77.228.680
Provisão/reversão ações cíveis	16b	(211.945)	(2.066.769)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.216.480	337.782
		<b>(68.366.479)</b>	<b>39.713.905</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(123.423.103)</b>	<b>(25.177.217)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO</b>		<b>(7.832.489)</b>	<b>(11.999.021)</b>
Receitas financeiras		2.863.069	5.660.613
Despesas financeiras	18a	(10.695.557)	(17.659.634)
<b>SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL</b>	18b	<b>196.137.918</b>	<b>81.653.379</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>64.882.327</b>	<b>44.477.142</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>64.882.327</b>	<b>44.477.142</b>
<b>PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		-	-
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>		<b>64.882.327</b>	<b>44.477.142</b>
Lucro por ação do capital social		<b>0,009</b>	<b>0,006</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

EM 30 DE JUNHO

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<u>1.673.424.165</u>	<u>44.059.210</u>	<u>(769.977.527)</u>	<u>947.505.848</u>
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Recursos recebidos		-	-	-	-
Atualização financeira		-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	<u>(2.718.009)</u>	<u>(3.717.749)</u>	<u>(6.435.758)</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(7.835.946)	(7.835.946)
Ajuste avaliação patrimonial		-	(2.718.009)	4.118.197	1.400.188
Realização da reserva do custo atribuído		-	(4.118.197)	4.118.197	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído		-	1.400.188	-	1.400.188
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		<u>1.673.424.165</u>	<u>41.341.201</u>	<u>(773.695.276)</u>	<u>941.070.090</u>
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Recursos recebidos		-	-	-	-
Atualização financeira		-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	<u>(1.359.005)</u>	<u>66.941.426</u>	<u>65.582.421</u>
Lucro do exercício		-	-	64.882.327	64.882.327
Ajuste avaliação patrimonial		-	(1.359.005)	2.059.099	700.094
Realização da reserva do custo atribuído	12b	-	(2.059.099)	2.059.099	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	12b	-	700.094	-	700.094
<b>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2018</b>		<u>1.673.424.165</u>	<u>39.982.196</u>	<u>(706.753.849)</u>	<u>1.006.652.510</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

*[Handwritten signatures and initials]*



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 30 DE JUNHO

(Valores expressos em Reais)

	30/06/2018	30/06/2017
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	64.882.327	44.477.142
Depreciação do custo atribuído	2.059.099	2.059.099
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>66.941.426</b>	<b>46.536.240</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

2

h  
[Handwritten signatures]



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 30 DE JUNHO

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	30/06/2018	30/06/2017
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>		<b>64.882.327</b>	<b>44.477.142</b>
<b>AJUSTADO POR:</b>			
Depreciação e Amortização		21.906.034	21.612.330
Baixa de bens do ativo imobilizado		-	-
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	18a	10.671.677	17.210.654
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	16	30.146.734	(75.161.911)
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	18b	(196.137.918)	(81.653.379)
		<b>(68.531.146)</b>	<b>(73.515.165)</b>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS</b>			
Créditos pela venda de serviços		(168.578)	478.140
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(10.950.287)	11.955.269
Estoques		1.548.719	898.250
Tributos e Contribuições a Recuperar		(285.064)	(701.935)
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		9.570.844	(333.827)
Demais contas de Ativo		(2.915.512)	(1.892.812)
		<b>(3.199.878)</b>	<b>10.403.086</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS</b>			
Fornecedores		6.820.092	777.311
Impostos e taxas a recolher		97.446	(361.862)
Contribuições sociais a recolher		392.795	(788.751)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		4.310.676	3.669.146
Credores por convênios e depósitos		79.572	371.162
Plano de previdência e pensão a empregados		241.160	-
Contingências trabalhistas e cíveis	16	(105.724.869)	(4.683.609)
		<b>(93.783.128)</b>	<b>(1.016.602)</b>
<b>Caixa Gerado nas Atividades Operacionais</b>		<b>(165.514.152)</b>	<b>(64.128.681)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(5.069.058)	(1.262.912)
<b>Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>		<b>(5.069.058)</b>	<b>(1.262.912)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recursos recebidos para aumento de capital	18a	3.758.162	-
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	18b	196.137.918	81.653.379
<b>Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento</b>		<b>199.896.080</b>	<b>81.653.379</b>
<b>REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>4</b>	<b>29.312.870</b>	<b>16.261.787</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		73.200.604	66.102.625
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		102.513.474	82.364.412

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EM 30 DE JUNHO  
(Valores expressos em Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receita de prestação de serviços		65.391.292	40.816.007
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		2.020.208	2.127.686
Outras receitas e despesas (líquidas)		1.216.480	375.823
Provisões trabalhistas e cíveis		<u>(30.146.734)</u>	<u>75.161.911</u>
		<b>38.481.245</b>	<b>118.481.427</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Materiais consumidos		(5.797.386)	(4.882.356)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(47.535.223)	(43.156.902)
Perda na realização de ativos		-	-
		<u>(53.332.609)</u>	<u>(48.039.258)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>(14.851.363)</b>	<b>70.442.169</b>
Depreciação e amortização		<u>(21.906.034)</u>	<u>(21.612.330)</u>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>		<b>(36.757.397)</b>	<b>48.829.838</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Receitas de Subvenções		196.137.918	81.653.379
Receitas financeiras		<u>2.863.069</u>	<u>5.660.613</u>
		<b>199.000.987</b>	<b>87.313.993</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>162.243.589</b>	<b>136.143.831</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>162.243.589</b>	<b>136.143.831</b>
<b>Pessoal e encargos</b>			
Remuneração direta		61.734.672	52.026.007
Benefícios		10.627.333	9.523.319
FGTS		<u>4.987.827</u>	<u>4.154.335</u>
		<b>77.349.832</b>	<b>65.703.660</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		8.167.665	7.265.975
Estaduais		92.972	88.059
Municipais		<u>12.884</u>	<u>36.741</u>
		<b>8.273.521</b>	<b>7.390.776</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros		23.881	448.980
Aluguéis		<u>1.042.352</u>	<u>912.620</u>
		<b>1.066.234</b>	<b>1.361.600</b>
<b>Juros sobre adiantamento de capital</b>		<b>10.671.677</b>	<b>17.210.654</b>
<b>Prejuízo/Lucro retido</b>		<b>64.882.327</b>	<b>44.477.142</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

7

# NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (valores expressos em reais, exceto quando especificado)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TRENSURB é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das sociedades por ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da empresa.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado estão descritas a seguir:

### a) Apuração do resultado do exercício

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos, depreciação e amortização, custo de energia elétrica de tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

### b) Instrumentos Financeiros

#### b.1) Ativos financeiros não derivativos

A empresa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A empresa possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

## **b.2) Passivos financeiros não derivativos**

A empresa reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A empresa possui fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

## **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

## **d) Créditos**

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

## **e) Estoques**

Os estoques de materiais de manutenção foram avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída quando aplicável provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

## **f) Investimentos em participações societárias**

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

## **g) Imobilizado e Intangível**

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

## **h) Ajuste a valor presente**

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto na NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente.

## **i) Provisão para contingências**

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até o encerramento do trimestre, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta empresa.

#### j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	18.000	14.650
Valores em trânsito	1.439.667	989.350
Aplicações de liquidez imediata	101.055.807	72.196.604
	<u>102.513.474</u>	<u>73.200.604</u>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

#### 5. CRÉDITOS PELA VENDA DE SERVIÇOS

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	1.060.281	844.287
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	958.328	1.005.745
	<u>2.018.609</u>	<u>1.850.032</u>

As contas de alugueis, arrendamentos e concessões estão deduzidas da provisão para risco de crédito no montante de R\$ 263.644.

#### 6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

#### 7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITO DE EMPREGADOS

	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Adiantamento de férias	2.255.195	-	2.770.129	-

Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros	64.851	-	104.800	-
Débitos de empregados	3.683.002	351.231	221.291	351.231
	<b>6.003.048</b>	<b>351.231</b>	<b>3.096.220</b>	<b>351.231</b>

#### a) Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No período a provisão é no montante de R\$ 20.861.

#### b) Débito de empregados

Em decorrência das características dos Planos de Saúde pós-pago, existentes até 31/10/2008, o custo da assistência médica era suportado integralmente pela TRENSURB, inclusive a parcela destinada ao empregado, sendo ressarcida pelos mesmos, em percentuais definidos em acordo coletivo, mediante desconto mensal em folha, limitado ao máximo de 20% do salário-base, acumulando, dessa forma, débitos de empregados para com a Sociedade. Considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, o montante a ser recebido no ativo circulante referente ao Plano de Saúde pós-pago de R\$ 26.561 no segundo trimestre 2018 (R\$ 48.789 em 2017) e não circulante R\$ 400.308,29, já ajustados por provisão de R\$ 131.492, quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. Os demais débitos de empregados do ativo circulante totalizam R\$ 3.656.441 no 2º trimestre 2018 e (R\$ 172.502 em 2017) e do não circulante R\$ 82.415.

### 8. DIREITOS A RECEBER

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Convênio Pessoal Cedido	53.625	60.070
Depósitos e Cauções	40.033	39.614
Dividendos/ Juros a Receber/ Outros devedores	85.514	9.061
Devedores Infração Legal e Contratual	157.924	157.924
	<b>337.096</b>	<b>266.669</b>

O valor de R\$ 157.924 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo o montante de R\$ 125.123 classificadas como remota perda e R\$ 32.801 classificado como possível perda, pela área Jurídica da empresa.

### 9. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs, incluindo os sobressalentes dos 15 novos trens adquiridos pela empresa, registrados no grupo de Material de TUES e Veículos.

<b>Estoques de materiais de consumo</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Material de TUES e Veiculos	22.201.924	23.208.454
Material da Via Permanente	974.852	1.063.258
Sistemas operacionais	3.075.238	3.604.566
Materiais de expediente e administrativos	753.554	678.010
	<b>27.005.568</b>	<b>28.554.288</b>

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Depósitos Judiciais Cíveis	20.462	19.859
Depósitos Judiciais Trabalhistas	18.590.852	17.310.486
Depósitos Judiciais S/ Aplicação Financeira	65.153	64.116
Processos Judiciais - Recursos Próprios	251.702	262.344
	<b>18.928.169</b>	<b>17.656.805</b>

Os Depósitos Judiciais sobre Aplicação Financeira correspondem a valores não disponíveis para uso da Sociedade por conta de bloqueio judicial para fazer garantia para processos trabalhistas.

## 11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA E GARANTIAS À JUÍZO

A Penhora Sobre Receita Própria no segundo trimestre foi de R\$ 553.347 (R\$ 1.976.731 em 2017) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. Os valores de penhora de receita própria, repostos pelo Tesouro Nacional através de receita de Subvenção de Sentença não liberados aos reclamantes são transferidos para conta Garantias à Juízo. No encerramento do exercício de 2017, tínhamos R\$ 11.236.158 penhorados, mas no mês de maio/2018 foi recebido o montante de R\$ 101.661.975 para o pagamento do processo judicial 0118000-35.2005.04.005, que tem objeto diferenças salariais decorrentes da conversão da URV do ano de 1994, assim recompondo parte dos valores penhorados no período.

## 12. IMOBILIZADO

### a) Composição do saldo

<b>Contas</b>	<b>Depreciação (%)</b>	<b>Corrigido</b>	<b>Acumulada</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Terrenos	-	39.568.205	-	39.568.205	39.568.205
Edificações, estações e depósitos	4	235.099.877	(57.520.263)	177.579.614	180.072.233
Obras de arte (passarelas e viadutos)	3	161.968.064	(62.167.270)	99.800.794	101.293.438
Via permanente	3	604.347.557	(99.479.425)	504.868.133	510.892.688

Sistemas operacionais	9	216.865.831	(82.314.827)	134.551.003	137.920.096
Veículos ferroviários/aeromóvel	5	366.390.177	(105.958.390)	260.431.787	251.548.260
Veículos rodoviários	33	876.493	(860.296)	16.197	25.915
Equip. processamento de dados	22	5.634.594	(4.829.012)	805.582	756.324
Equipamentos, máquinas e instrumentos	13	56.091.996	(37.308.074)	18.783.923	20.508.033
Instalações	11	11.134.516	(5.080.802)	6.053.714	6.492.677
Móveis e utensílios	10	8.658.213	(5.697.103)	2.961.110	3.167.552
Benfeitorias em bens de terceiros	17	14.091.449	(8.974.428)	5.117.020	5.282.327
Imobilizado em curso	-	197.949.625	-	197.949.625	206.950.035
Importações em andamento	-	63.040	-	63.040	63.040
Imobilizado a Classificar	-	(305.369)	-	(305.369)	(305.369)
Almoxarifado de bens imobilizados	-	3.556.352	-	3.556.352	3.556.352
		<b>1.921.990.620</b>	<b>(470.189.890)</b>	<b>1.451.800.730</b>	<b>1.467.791.806</b>

<b>Movimentação</b>	<b>30/06/2018</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.467.791.806</b>
Adições	5.053.058
Baixas e Transferências	-
Depreciação	(21.044.134)
<b>Saldo final</b>	<b>1.451.800.730</b>

b) A empresa realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da empresa procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No 2º trimestre de 2018 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 2.059.099 referente a depreciação e no valor de R\$ 700.094 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 39.982.195 (R\$ 41.341.201 em 2017) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 20.597.007 (R\$ 21.297.101 em 2017).

c) A Administração da Empresa através de relatório de teste de recuperação dos ativos emitido por especialistas em 12/01/2018, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”), conforme dispõe NBC TG 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

d) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 419.279.820 em 30 junho de 2018.

f) Os ativos imobilizados estão cobertos por seguro contra incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendaval e roubo, além de danos materiais e corporais a terceiros. O tipo de cobertura e a extensão dos bens cobertos por seguro são determinados em função do valor e do grau de risco envolvidos, perfazendo um valor segurado de R\$ 13.486.876.

### 13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que não superam o seu valor recuperável por uso ou venda.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

Contas	Taxa anual amortização (%)	Custo	Amortização	Valor líquido
		Corrigido	Acumulada	30/06/2018
Direito de uso de imóveis	Vida útil indefinida	1.374.204	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	Vida útil indefinida	1.596	-	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	0
Softwares	20	10.907.509	(5.980.231)	4.927.278
Outras despesas de informática	10	26.000	(26.000)	0
Intangível em Curso	0	-	-	0
		<b>12.314.181</b>	<b>(6.011.103)</b>	<b>6.303.078</b>

Movimentação	30/06/2018
Saldo inicial	7.148.978
Adições	16.000
Baixas e Transferências	-
Amortização	(861.900)
Saldo final	6.303.078

### 14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	30/06/2018	31/12/2017
Credores p/ Venda Créditos	620.309	278.685
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	624.972	1.024.757
Adiantamento Clientes Comerciais	147.464	30.680
	<b>1.392.745</b>	<b>1.334.122</b>

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

## 15. CREDORES POR CONVÊNIO

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Convênios SESI/SENAI	220.517	250.649
Assistência Saúde	470.367	418.048
Credores Diversos	951	2.148
	<u>691.835</u>	<u>670.845</u>

## 16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

### a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. A provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 205.732.888 (R\$ 282.110.406 em 31/12/2017), para ações de empregados e de R\$ 1.519.674 (R\$ 881.893 em 31/12/2017), para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Saldo início período	282.992.300	346.666.157
( + ) Provisão	29.934.789	32.737.222
( - ) Reversão	-	85.202.138
( - ) Pagamentos	105.674.527	11.208.941
Saldo final período	<u>207.252.562</u>	<u>282.992.300</u>

A variação do saldo das provisões trabalhistas deve-se significativamente a atualização de valores de processos já existentes e ao ingressos de novas ações no período, em razão da mudança da lei trabalhista.

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da empresa, é considerada possível compõe-se de R\$ 107.980.830 (R\$ 94.360.781 em 2017) sendo ações de empregados R\$ 101.792.885 e R\$ 6.187.944 ações de empregados de empresas terceirizadas.

### b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da empresa, é considerada provável. A

movimentação destas provisões em 30 de junho de 2018 e dezembro de 2017 está composta como segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Saldo início período	27.075.409	23.890.907
( +) Provisões	211.945	3.373.140
( -) Pagamentos	50.343	188.638
Saldo final período	<u>27.237.011</u>	<u>27.075.409</u>

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da empresa, é considerada possível em 30 de junho de 2018 é de R\$ 4.451.728.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O capital social de R\$ 1.673.424.165 está representado por 7.118.868.877 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

<u>Composição Acionária em</u>	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
União Federal	7.110.409.591	99,8812	7.110.409.591	99,8812
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0919	6.543.949	0,0919
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0269	1.915.337	0,0269
<b>Total</b>	<b>7.118.868.877</b>	<b>100,0000</b>	<b>7.118.868.877</b>	<b>100,0000</b>

## 18. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

### a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e futuro aumento do Capital Social. Esses recursos são acrescidos dos valores de atualização financeira, pela taxa SELIC, conforme art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, até sua efetiva incorporação ao capital social. O resultado dessa atualização foi levado à conta de despesas financeiras no montante de R\$ 10.671.677 em 30 de junho de 2018 (R\$ 30.226.118 em 2017).

### b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas.

<u>Subvenção</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>

<b>Pessoal</b>	71.895.813	58.974.008
<b>Sentença</b>	108.369.975	8.660.943
<b>Custeio</b>	15.872.130	14.018.428
	<b>196.137.918</b>	<b>81.653.379</b>

### c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da empresa está definido conforme Lei Orçamentária Anual - LOA/2018, número 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e fixou a despesa da TRENURB para o exercício financeiro de 2018 em R\$ 227.346.452. Deste valor, R\$ 98.631.927, são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 128.714.525 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	<b>Lei Orçamentária</b>	<b>Recursos Próprios Fonte 250/280</b>	<b>Recursos Subvenção Fonte 100</b>
<b>Pessoal</b>	120.196.196	30.664.901	89.531.295
<b>Sentença</b>	24.121.886	-	24.121.886
<b>Custeio</b>	82.028.370	66.967.026	15.061.344
<b>Investimento</b>	1.000.000	1.000.000	-
	<b>227.346.452</b>	<b>98.631.927</b>	<b>128.714.525</b>

### 19. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os valores de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar referem-se a retenções na fonte sobre a receita de aplicações financeiras e receita de aluguel a órgãos públicos.

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>PASEP/COFINS</b>	-	-
<b>IRPJ</b>	6.687.360	6.791.959
<b>CSLL</b>	4.177	3.918
<b>ICMS</b>	345.859	345.848
<b>IRRF</b>	1.167.687	778.295
	<b>8.205.083</b>	<b>7.920.020</b>

Existem prejuízos fiscais operacionais de R\$ 613.999.174 e bases negativas de CSLL de R\$ 628.997.734. Durante o período, saldos das contas de IRPJ e CSLL a recuperar foram utilizados para compensar os valores a recolher de Pasep e Cofins.

## 20. RECEITA LÍQUIDA

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
<b>RECEITA BRUTA</b>		
Serviço de transporte metroviário	65.391.292	40.843.526
Aluguéis, arrendamentos e concessões	2.020.208	2.127.686
	<u>67.411.500</u>	<u>42.971.212</u>
Devolução de Vendas	-	(27.520)
Tributos sobre a receita bruta	(186.869)	(196.813)
	<u>(186.869)</u>	<u>(224.333)</u>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<u>67.224.631</u>	<u>42.746.879</u>

## 21. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

### a) Descrição Geral do Plano

A empresa é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TRENSURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte. Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício. Na fase ativa o plano pode ocorrer desequilíbrio nos casos de concessão de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, caso o custeio atuarial ou premissas atuariais não aderentes ao plano. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano também apresenta risco, pois há a opção de concessão de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

### b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

<u>Premissas Atuariais</u>	
Taxa de Juros Atuarial	4,5% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	zero
Taxa de Rotatividade	0,00%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	TASA 27

**c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano**

<b>Ativos Líquidos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Patrimônio - P	54.554.450,77	49.049.924,72
<b>Passivos Atuariais (Valor Presente)</b>		
Benefícios Concedidos – A	32.837.893,70	31.641.897,55
Benefícios a Conceder – B	27.305.032,08	23.590.499,61
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	- 5.516.926,47	-5.665.378,90
Patrocinadora - C1	- 2.847.231,53	-2.788.612,26
Participante - C2	- 74.379,85	-82.267,82
Assistidos - C3	- 2.595.315,09	-2.794.498,82
Total das Provisões - D = A + B + C	54.625.999,31	49.567.018,26
<b>Fundo Previdencial – E</b>	<b>31.732,36</b>	<b>156.399,29</b>
<b>Superávit/Déficit Atuarial - F = P + D – E</b>	<b>- 103.280,90</b>	<b>- 673.492,83</b>
<b>Valor do Ajuste de Precificação = G</b>	<b>948.469,69</b>	<b>705.268,71</b>
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G</b>	<b>845.188,79</b>	<b>31.775,88</b>

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2017, o plano Trensurb Prev, apresentou um déficit técnico de R\$ 103.280,90, entretanto como o equilíbrio técnico ajustado foi positivo em R\$ 845.188,79, não haverá necessidade de equacionar o Plano. Ressalta-se, que com a alteração da Resolução MPS/CGPC N° 26 de 2008 pela Resolução MTPS/CNPC N° 22 de 2015, os planos de benefícios previdenciários só serão passíveis de equacionar déficits, se os mesmos ultrapassarem o limite que é estabelecido para cada plano. No caso do plano Trensurb Prev o limite de déficit é de R\$ 1.976.149,75, portanto só passaria por equacionamento de déficit ao longo de 2018 se o valor do equilíbrio técnico ajustado fosse superior ao valor citado.

A duration do plano foi de 10,77 anos no encerramento de 2017, logo o limite de déficit técnico acumulado corresponde a 6,77% da provisão matemática. As premissas que sofreram alteração em 2017, foram a taxa de juros de 5% para 4,5% a.a e a rotatividade de 0,32% para 0,0%, as demais permanecem inalteradas. Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 11,74% no ano, enquanto a meta atuarial (INPC + 5,00%) foi de 7,17%, portanto o resultado dos investimentos foi superior à meta atuarial estabelecida em 4,57%.

Quanto ao Déficit contratado de responsabilidade da Patrocinadora, cabe informar que sua amortização ocorrerá conforme Plano de Equacionamento de Déficit 2013 e 2014, com prazo de equacionamento de 127 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 2%. O saldo devedor esta registrado nas obrigações exigíveis, com prazo remanescente de amortização de 88 meses. As parcelas já pagas foram debitadas do Fundo Previdencial.

**d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais**

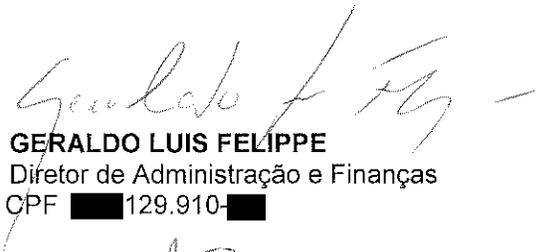
Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano) ] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva

Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.26/2008.

Porto Alegre, 30 de junho de 2018.



**DAVID BORILLE**  
Diretor Presidente  
CPF: [REDACTED] 858.700-[REDACTED]



**GERALDO LUIS FELIPPE**  
Diretor de Administração e Finanças  
CPF: [REDACTED] 129.910-[REDACTED]



**DIEGO JOSE TARTA**  
Diretor de Operações  
CPF: [REDACTED] 087.070-[REDACTED]



**JAIR BERNARDO CORREA**  
Gerência de Orçamento e Finanças  
CPF: [REDACTED] 204.900-[REDACTED]



**TALITHA DA SILVEIRA MENDER DE SOUZA**  
Setor de Contabilidade e Patrimônio  
Contadora CRC/RS 90.987  
CPF: [REDACTED] 422.060-[REDACTED]

São Paulo, 3 de agosto de 2018

**Aos  
Diretores e Acionistas da  
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB  
Porto Alegre – RS**

## **RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

## **Outros Assuntos**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram anteriormente auditados por nós com relatório datado de 14 de fevereiro de 2018, sem modificação de opinião. Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2017, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

## **Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

MACIEL AUDITORES S/S  
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP  
LUCIANO GOMES DOS SANTOS  
1CRC RS 059.628/O-2  
Responsável Técnico